

Estoque aumenta 1,7%, mas perfil está mudando

Luciana Otoni
de Brasília

O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPM-Fi) atingiu R\$ 707,7 bilhões em setembro, com acréscimo de 1,7% sobre o volume de R\$ 695,95 bilhões registrado em agosto. O aumento deveu-se principalmente à apropriação de juros no montante de R\$ 10,7 bilhões no mês, excluindo-se a variação cambial. Segundo as projeções feitas pelo coordenador-geral de Administração da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle, o estoque da DPM-Fi deverá encerrar o ano em R\$ 750 bilhões — e deverá ter mais títulos prefixados e menor participação de títulos cambiais. Para um período de doze meses, o corte de um ponto na Selic proporcionará uma economia entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões no estoque da DPM-Fi.

Em setembro, os resgates de títulos públicos federais totalizaram R\$ 22,3 bilhões ante emissões de R\$ 24,6 bilhões. A diferença gerou um impacto contracionista da base monetária de R\$ 2,3 bilhões. Entre janeiro e setembro, as emissões efetuadas pelo Tesouro nacional somaram R\$ 265,1 bilhões ante resgates totais de R\$ 229 bilhões. As operações resultaram em uma taxa de rolagem de 116% no ano. Considerados os resgates de NBCE (Notas do Banco Central-Série Especial) pela autoridade monetária, os resgates somaram R\$ 256,4 bilhões, o que gerou um impacto contracionista da base monetária de R\$ 8,7 bilhões.

Da emissão global de títulos de R\$ 24,6 bilhões feita em setembro, 46% (R\$ 11,4 bilhões) corresponderam a papéis prefixados com vencimento em julho de 2004 e 2005. No campo dos pós-fixados, as operações com LFTs renderam R\$ 9,8 bilhões.

A venda dos prefixados é uma das estratégias de melhora do perfil da dívida mobiliária federal. Como a redução do estoque da di-

vida depende de superávits nominais — e, diante das restrições econômicas, o governo se propôs a obter superávits primários —, o Tesouro e o Banco Central optaram por ampliar a participação dos prefixados e dos papéis corrigidos por índices de preços, reduzindo a exposição ao câmbio.

“Estamos aumentando os prazos e melhorando a composição da dívida substituindo os títulos atrelados ao câmbio e à Selic pelos prefixados e pelos corrigidos por índices de preços”, disse Valle. “Quando a dívida está mais prefixada, o choque de juros é dividido entre emissor e investidor”.

Menos cambiais

Em janeiro, os títulos prefixados participavam com 1,91% da dívida. Em setembro, esse percentual foi de 9,05% e deverá encerrar o ano em 12% ou 13%. Os papéis atrelados à Selic, que representavam 62,42% em janeiro, atingiram 64,34% em setembro; até o fim do ano os administradores da dívida tentarão fazer o percentual desses títulos cair para 60%.

Já as operações e papéis corrigidos pelo câmbio, que atingiram o percentual de 21,18% em janeiro, recuaram para 11,87% no último mês, devendo fechar 2003 em 11%. “A estratégia é continuar reduzindo a exposição cambial”, salientou o chefe do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldenstein.

Nessa linha, no último mês o resgate líquido de instrumentos cambiais, considerando juros finais e intermediários, foi de US\$ 1,642 bilhão (juros finais e intermediários) e em outubro subiu para US\$ 3,088 bilhões. De janeiro a outubro, os resgates líquidos de instrumentos cambiais somam US\$ 13,242 bilhões.

O prazo médio do estoque foi de 31,2 meses. A dívida de curto prazo a vencer em 12 meses, no montante de R\$ 227,08 bilhões, atingiu 32,08% do total do estoque.